

ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 09-12-2024.

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quinze horas e trinta minutos, foi realizada a chamada para a vigésima nona sessão extraordinária, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Karen Santos, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Professor Vitorino, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Cláudio Conceição, Jonas Reis, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely e Tiago Albrecht. Em PAUTA, Discussão Preliminar, esteve em 2ª sessão o Projeto de Lei do Executivo nº 042/24. Às quinze horas e trinta e três minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mari Pimentel, solicitando a inclusão dos Projetos de Lei do Legislativo nºs 372 e 373/24 (Processos nºs 0725 e 0726/24, respectivamente) na priorização da presente Sessão. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 124/16 (Processo nº 1333/16), após ser discutido por Roberto Robaina, Karen Santos, Tiago Albrecht, Ramiro Rosário, Fernanda Barth, Giovanni Culau e Coletivo, Aldacir Oliboni, Jessé Sangalli, Psicóloga Tanise Sabino, Prof. Alex Fraga, Comandante Nádia, Jonas Reis, Idenir Cecchim e encaminhado à votação por Claudio Janta, Prof. Alex Fraga e Jonas Reis. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 124/16, após ser encaminhada à votação por Claudio Janta e Jonas Reis, por quatorze votos SIM e onze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Pedro Ruas e Adeli Sell, tendo votado Sim Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mônica Leal, Professor Vitorino, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht e votado Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Giovanni Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Às dezessete horas e trinta e um minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo durante a votação do Projeto de Lei do Legislativo nº 124/16, declarada nula, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR
(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0771/24 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 042/24, que altera o Anexo II – DE METAS FISCAIS, VII – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2025 da Lei nº 14.094, de 30 de outubro de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025 para atualizar as renúncias de receitas da Lei Complementar nº 1.018, de 31 de julho de 2024 em razão do requerimento do contribuinte e outras renúncias. **(SEI 118.01008/2024-42)**

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

(15h33min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereadora Mari Pimentel (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inclusão do PLL nº 373/24 e do PLL nº 372/24 na priorização de votação da presente sessão. O PLL nº 373/24 é o título de cidadão à Sra. Flávia Alvarez, e o PLL nº 372/24 é o título de cidadão para o jornalista Carlos Rollsing Braga. E que sejam apreciados em terceiro e quarto lugar na ordem.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Mari Pimentel (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1333/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 124/16, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, que estabelece orientações quanto ao comportamento de funcionários, responsáveis e corpo docente de estabelecimentos de ensino públicos ou privados no Município de Porto Alegre, no ensino relacionado a questões sociopolíticas, preconizando a abstenção da emissão de opiniões de cunho pessoal que possam induzir ou angariar simpatia a determinada corrente político-partidária-ideológica. **(SEI 118.00479/2023-52)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE e CEDECONDH**. Relator-Geral Ver.

Reginaldo Pujol: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e da Emenda nº 01 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Reginaldo Pujol;
- arquivado em 31-12-20 por força do art. 108 do Regimento e desarquivado em 05-07-23 pela Ver^a Fernanda Barth;
- determinação judicial declarou a nulidade da votação realizada em 19-12-19;
- adiada a discussão por uma Sessão em 13-11-24;
- incluído na Ordem do Dia em 12-08-24, por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em discussão o [PLL nº 124/16](#). O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Bem, a minha assessoria jurídica preparou um trabalho muito sério, mostrando a ilegalidade desse projeto. Uma ilegalidade que já está muito consagrada, já está muito consolidada a ideia de que esse projeto apresentado é um projeto inconstitucional. Portanto, não é um projeto que vai se efetivar, isso já é um fato. A pessoa pode gostar, pode não gostar, mas esse já é um fato. Esse projeto é um projeto inconstitucional, eu não vou ler, porque é um trabalho muito sério, eu não vou, nesse caso, usar os cinco minutos para fazer a leitura, mas eu deixo disponível para quem quiser conhecer um pouco a nossa legislação.

Sobre o conteúdo, esse projeto é inconstitucional porque o nosso judiciário, apesar de nós termos um setor... Nós temos no Brasil um setor de extrema-direita que está descontente com o judiciário. Teve um setor da extrema-direita que fez até plano para executar o presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Então, nós temos uma extrema-direita no País que é uma extrema-direita agressiva, que tem como linha estratégica conspirar contra a própria legislação, contra o próprio judiciário e não tem nenhum problema quanto a isso. Aliás, alguns que vêm aqui fazer barulho são parte dessa linha de extremismo irracional que quer utilizar a legislação para perseguir, para impedir a liberdade dos docentes no nosso País. Quer incentivar, não a escola sem partido, quer incentivar a escola que persiga, que tenha uma dinâmica de perseguição a todos os docentes que ousem educar. Por isso que nós temos aqui vereadores que chegam a falar contra o Paulo Freire, no nível de ignorância que são os vereadores que nós temos.

Eu quero dizer que eu fiquei muito bem impressionado, a Ver.^a Mari Pimentel, que infelizmente não se elegeu, infelizmente não se elegeu... O ex-integrante de partido dela, que vacilou para assinar a CPI que ela comandou, ousou vir aqui tentar diminuir uma vereadora porque ela não se elegeu, quando nós temos muitos que não se

elegeram. A Mari falou uma verdade muito grande. Há vereadores e vereadoras, como a vereadora comandante Nádia, como esse vereador que está tentando atrapalhar. Presidente Mauro, peça, por favor, para esse vereador ter educação aqui quando um outro vereador está na tribuna. Devia ter educação, esse Ver. Tiago, deixar de atrapalhar, porque eu sei quem é o senhor. O senhor não quis investigar a Comissão Parlamentar de Inquérito, depois se adaptou porque a Ver.^a Mari provou, provou que havia corrupção na educação. E, aliás, quem é que defendeu o empresário Jailson, que agora está preso são as vereadoras que defendem a tal de escola sem partido, defender esse empresário que assaltou os cofres públicos, mais de 40 milhões. A polícia descobriu que, só em imóveis, ele tinha um patrimônio com mais de R\$ 20 milhões roubados dos cofres públicos. E nós tivemos a vereadora que apontou isso, apontou muito bem que as vereadoras que hoje defendem o tal de escola sem partido não quiseram investigar fraudes na educação, não quiseram investigar que a nossa Prefeitura comprou 500 mil livros inúteis, com erros de matemática. Ao contrário, a Ver.^a Comandante Nádia já vinha com as pilhas de livros aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito elogiar a secretária Sônia, que foi presa em janeiro e agora nem sei onde anda, se está sofrendo de depressão, não sei onde anda, porque foi presa em janeiro, depois sumiu. Ninguém mais fala dessa excelente secretária que o prefeito Melo teve. Então, Ver.^a Comandante Nádia, a Sra. Ver.^a Comandante Nádia, que defende muito a legalidade, eu quero ver se a senhora vai defender a legalidade, se o juiz decidir corretamente e caçar o seu mandato. Porque a senhora cometeu um ato de ilegalidade na campanha eleitoral, porque a Brigada Militar não é da senhora, assim como a escola não é de ninguém. A escola é pública, a escola tem que ter boa educação. Pessoal do Simpa, a Ver.^a Comandante Nádia disse que tem pouca gente do Simpa hoje aqui. Imaginem quantas pessoas do Simpa vão ter se tiver a cassação do mandato dela. Que festa vai ter em Porto Alegre! Espero que a justiça seja feita.

Ver. Mauro, eu quero concluir só dizendo o seguinte, qual é o ponto? Esse projeto é ilegal, é inconstitucional. Então, a Câmara deveria não perder tempo e simplesmente despachar esse projeto. E como disse muito bem o Alex, porque esse tipo de projeto tem que ir para a lata de lixo da história que é de onde ele nunca deveria ter saído.

Vereadora Comandante Nádia (PL): Presidente, questão de ordem. Subir à tribuna e falar sobre outras coisas, no mínimo, é quem está desesperado. Gostaria que o senhor, como presidente, fizesse esse regramento, porque tem muita gente que não sabe o que é cinco minutos, o que é para falar sobre a pauta. O vereador está desesperado, precisa se acalmar um pouco mais, porque a irresponsabilidade é muito grande. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Feito o registro, vereadora. A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLL nº 124/16. Peça a todos os vereadores que se detenham à pauta da discussão do projeto.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Colegas vereadores, subo à tribuna para contribuir para a discussão desse projeto. Participei, sexta-feira, dessa discussão na RBS, justamente trazendo que, na segunda, nós iríamos enfrentar um debate que já foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal enquanto inconstitucional. Todas as câmaras de vereadores que aprovaram projetos deste conteúdo ambíguo, como bem colocou o mediador da entrevista, estava eu e a vereadora Nádia debatendo esse projeto. O próprio apresentador ficou constrangido, porque questionou cinco vezes – e está no *YouTube* a entrevista para quem quiser acompanhar – a Ver.^a Nádia: “Qual é o conteúdo deste projeto? Qual o sentido da ideologia partidária?” E me questionou também: “Karen, tu, enquanto professora...” –, sou professora da rede estadual, professora de educação física, sou mestranda em educação na UFRGS, e eu nunca recebi nenhum tipo de denúncia vindo da comunidade escolar, e aí eu digo pais, estudantes e professores, que retratassem esse cenário que está sendo criado para embasar esse projeto. Quem fiscaliza a educação é o Conselho Nacional de Educação, e, em âmbito de territórios, são os conselhos escolares. Eu acredito que também seria importante, se nós queremos dar embasamento para a necessidade de um projeto desse conteúdo, a gente questionar os conselhos escolares, quais são as denúncias que estão vindo em relação à política ideológico-partidária, porque eu desconheço, sendo muito sincera e honesta com vocês. Também fui questionada em relação a que motivo um projeto de um vereador, como eu questionei aqui para o Presidente, um projeto de um vereador que foi julgado e condenado por racismo, um ser deplorável, o vereador em questão que protocolou esse projeto, e está hoje inelegível, fui questionada na RBS sobre qual a necessidade de um projeto como esse, neste momento, sabendo que a gente já tem diversas sentenças em câmaras que derrubaram esse projeto na justiça, e sabendo que a pauta da educação, se a gente for conversar novamente com as comunidades escolares, a gente vai ver que a pauta é outra. É ar-condicionado que não funciona, é ventilador que não funciona, é janela que não abre, é muro caindo, são rachaduras nas caixas d’água, são os professores que estão com 30% de defasagem salarial, é a falta de monitoria para a educação especial. Então, nas pautas da educação, como a gente bem sabe, são outras as prioridades. Basta ouvir o que as comunidades vêm nos colocando.

Também me surpreende o silêncio, por parte dos vereadores da base do governo, em relação aos casos de corrupção, porque o dinheiro que nos falta para fazer as mudanças estruturais, para minimamente dar um pouco mais de qualidade em âmbito de educação, em âmbito de trabalho dos docentes, são os milhões que foram desviados da pauta da educação, e eu não vejo a mesma mobilização, eu não vejo a mesma sensibilização por parte dos vereadores da base do governo para enfrentar essa discussão. Porque querer interferir na liberdade de cátedra, dos professores, um direito constitucional já defendido e julgado pelo Supremo, para fazer a cortina de fumaça em relação a esses problemas estruturais, é brincar com esse Parlamento, porque a gente vai passar a tarde de hoje discutindo esse projeto, usando os recursos públicos do pagador de impostos – que o vereador Tiago adora reivindicar, não é, vereador? –, e a gente vai passar a tarde inteira hoje aqui debatendo um projeto que é inconstitucional. O senhor sabe disso

e não tem coragem de vir nesta tribuna dizer que é uma cortina de fumaça, para não debater aquilo que é prioritário, para não debater aquilo que é fundamental. Então, eu convido os defensores da escola sem doutrinação a irem comigo, vocês escolhem as escolas do Município que vocês gostariam de ir, e a gente ir, juntos, fazer essa pesquisa de campo e identificar quais são os professores. A partir daí, a gente faz um debate nas instâncias que já existem, mas não criem uma realidade para passar um projeto que visa muito mais criminalizar os professores pelas redes sociais do que, de fato, corroborar com uma educação livre, democrática e progressista.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir o PLL nº 124/16.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, dizem que o peixe morre pela boca, e a vereadora que acaba de sair daqui disse por uma educação blá-blá-blá progressista.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Então, oh a gordofobia, hein? Olha a esquerda sendo gordofóbica – a esquerda sendo gordofóbica! Parabéns, parabéns. Eu estou tentando perder a barriga, é verdade, mas gordofobia, cadê o pessoal aqui para dizer, Pedro Ruas, foram gordofóbicos. Foram gordofóbicos, Ver. Idenir Cecchim. Disseram assim: “Vai perder essa barriga”. Cadê os gordofóbicos? Vocês que defendem, tem que pedir para o pessoal manear ali, eu estou tomando aquela seringa, quer dizer, abafa o caso, não é, Gilson, abafa o caso, aquela do Wegovy – já fiz uma propaganda aqui. E levei o Gilson junto, a caneta azul...

Presidente, apenas para repor a verdade, não vou entrar tanto, mas o Carlos Roberto Robaina merece a minha resposta. Primeiro, por que eu assinei as duas CPIs, viu, Ver. Hamilton, eu assinei as duas CPIs. Aliás, até vou abrir aqui ao arpejo de um acordo que eu tinha com a vereadora, que ela tinha que trazer três assinaturas da base, ela não trouxe. Mas eu cumpri meu acordo, porque eu sou de palavra, eu sou de palavra e dei assinatura para ela; duas, eu não queria uma, eu queria duas CPIs. Ponto dois, eu votei contra o relatório do relator então Mauro Pinheiro e votei a favor do relatório da Mari Pimentel, e vim a esta tribuna dizer o porquê. Então, para falar de Thiago Albrecht, que não quer investigar, lava a boca, passa sabão e dependendo quem, soda cáustica. Porque para falar deste vereador sobre processo de corrupção, tem que lavar a boca. Eu assinei as duas CPIs, a bancada do Partido Novo deu todo o apoio enquanto ela esteve no partido, aliás, eles que fizeram o trabalho mais pesado, jurídico, técnico, e aí foi feito um relatório paralelo, que eu votei a favor do relatório, nem sei se foi votado, mas apoiei o relatório paralelo. Então, essa pecha de “não quer investigar”, “eu sei quem é o senhor”, não, a minha vida é um livro aberto. E quando eu falei que não foi eleita, é porque ela passou só a atacar a antiga casa dela. Vai na TV, ataca o partido, ataca deputado federal, vem aqui

e diz que é teatro. Então, tem uma hora que a gente precisa responder. Eu não fui, como o vereador que me atacou, um parasita que a usou para se eleger; ele dobrou a votação, a CPI foi ótima para ele, mas ela, não ouvindo o que nós aconselhávamos, Ver. Robaina, ela fez menos votos do que há quatro anos. Então, acho que a verdade precisa ser dita nesta tribuna, ainda mais que estamos em cadeia aberta por TV em rede aberta aqui. E não, não queremos partido em sala de aula. Não queremos. Então, apenas para repor essa verdade, o Partido Novo segue defendendo os seus princípios e valores e vamos pagar para ver. Já se aprovou tanta coisa inconstitucional aqui... Já teve gente que chorou aqui na tribuna, já teve gente que chorou aqui na tribuna, e os vereadores disseram: “Oh, coitado, vamos votar”. E o projeto é bom, e se tiver alguma anotação da justiça, nós vamos melhorá-lo. Agora o Parlamento municipal é a Casa do Povo. Então, recebi gordofobia de um lado, recebi apoio de outro, bati uma foto, inclusive. Aliás, na pessoa do Percival Puggina, grande brasileiro – professor, seja bem-vindo –, eu cumprimento a todos que estão por ali, porque esse é o debate. Esse aqui é o lugar do debate, Ver. Cecchim, plural, mas com a verdade. Portanto, antes de quererem falar que o Tiago, que o Novo não quer investigar a corrupção, é bom investigar os fatos. Obrigado, Sr. Presidente.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Sem querer atrapalhar V. Exa., eu verificava o seguinte, Presidente, que esse projeto não tem parecer da Comissão de Educação, e eu não consigo entender por que não tem parecer. Eu tentei várias vezes, com vários vereadores e vereadoras, com o Ver. Oliboni comentei esse tema, ele não tem parecer da Comissão de Educação. Então, não é possível que nós tenhamos um debate dessa natureza e uma comissão temática, obrigatória, permanente da Casa, como é a de educação, não se manifeste nesse sentido. Eu acho um absurdo completo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Ver. Pedro Ruas, respondendo a sua pergunta, olhando até no próprio espelho aqui da votação, teve parecer conjunto pela CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE e CEDECONDH. Foi a partir das comissões conjuntas, então tem um parecer conjunto.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Então, não constou no espelho, é isso? Agradeço a sua informação.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLL nº 124/16.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Presidente Mauro Pinheiro, meus caros colegas, me parece, Ver.^a Fernanda, que a esquerda está sentindo aqui que vai perder, que o projeto vai avançar. Porque a cada momento vem uma aqui, no microfone de apartes, levantar alguma tese, alguma questão: “Porque o autor original do projeto; porque a comissão não sei o quê”. Meus amigos, vamos para o voto. Vamos para o voto e legitimamente representar a população de Porto Alegre, que está ali representada. Eu

vejo ali diversas pessoas, algumas eu conheço, outras não. Nós temos ali mães, nós temos avós, nós temos pessoas aqui vinculadas à educação, nós temos o grande mestre, como disse o Tiago Albrecht, formador de opinião, jornalista, Percival Puggina. E desse outro lado aqui, nós temos meia dúzia de gato pingado, literalmente, que são vinculados ao sindicato. Tem gente de sindicato aqui. Aliás, é muito interessante o Simpa, e os sindicatos em Porto Alegre, porque eles sempre vem aqui, nunca é para tratar de alguma pauta de fato da população da cidade. Não, sempre é cuidando do seu próprio umbigo, sempre é cuidando dos seus próprios interesses. Eu nunca vi o Simpa, ao longo de mais de 20 anos, quando Porto Alegre tinha ainda os melhores salários do funcionalismo dos professores de todas as capitais, e o nosso IDEB caía ano após ano, ano após ano, ano após ano, se mobilizar para tentar melhorar a qualidade da educação em Porto Alegre. Agora, vai experimentar mexer nos privilégios daqueles que eles representam; aí eles vêm aqui, aí eles lotam a tribuna e a nossa galeria. Por isso que é tão importante a presença de vocês, porque vocês são, de fato, os pagadores de impostos, vocês bancam tudo isso aqui. Aliás, vocês bancam eles também. Infelizmente, vocês bancam eles também. E por isso que a gente sempre quer, cada vez mais, a participação da iniciativa privada na solução de absolutamente todos os desafios que nós enfrentamos na nossa cidade, a começar pela educação, com o aumento da compra de vagas, com o aumento de parcerizações. Aliás, é muito estranho, sempre repito isso, quando o PT vem aqui se manifestar, de alguma forma, contrário às parcerizações na educação, porque justamente foi no governo do PT, veja que eles são apenas 99% ruins, tem aquele 1% que vale a pena, no governo do PT, que nós iniciamos a parcerização da educação infantil em Porto Alegre. Foi no governo do PT que creches da nossa cidade foram passadas à iniciativa privada, associações de moradores, clubes de mães, igrejas, para poder fazer a gestão do dia a dia da educação infantil para as nossas crianças. Hoje eles não admitem qualquer tipo de avanço na parcerização com a iniciativa privada e se arrepiam quando a gente fala de algum vínculo, por exemplo, de uma instituição religiosa com a educação. Aí eles se arrepiam. Mas lá atrás, nos anos 80, foram eles que colocaram creches e a educação infantil, inclusive na mão de instituições filantrópicas vinculadas a inúmeras religiões. Então a hipocrisia deles, na verdade, é latente e se mostra quando eles são afetados nos interesses umbilicais e nos privilégios que eles têm representados aqui pelo sindicato no seu dia a dia. E é contra isso que nós vamos lutar. É contra isso que nós vamos erguer cada vez mais a nossa voz, porque eles não estão preocupados com doutrinação dentro de escola, eles até podem admitir, eventualmente, que tenha. E se vocês observarem bem nas falas da esquerda nessa tribuna, volta e meia eles dão algumas nuances de que há, sim, doutrinação, mas aí tem a liberdade de expressão, a liberdade de cátedra; ora, ora, eles estão, na verdade, querendo mais uma vez se proteger com o foco, única e exclusivamente, dos servidores públicos da educação em Porto Alegre e não da qualidade de ensino para as nossas crianças. Por isso, vamos avançar de forma contundente, dando um recado claro para toda a sociedade: doutrinação dentro de sala de aula, não, nunca, jamais. Nós queremos as nossas crianças livres de qualquer ideologia da direita, passando pelo centro e pela esquerda, e de qualquer tipo de revisionismo histórico que, infelizmente, a esquerda

sempre propaga nesta tribuna, nas suas manifestações, e também dentro de sala de aula. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Quero fazer o registro dos vereadores eleitos presentes no plenário: Atena Roveda e Coronel Ustra. Sejam bem-vindos ao plenário os vereadores eleitos para os anos de 2025, 2026, 2027 e 2028.

A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para discutir o PLL nº 124/16.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Realmente, é um assunto que mexe com a gente – não é, galera? –, é um assunto que nos toca e nos move, porque eu entendo a angústia dos pais que deixam as crianças na sala de aula de manhã e não sabem o que vai acontecer durante o dia, porque, no meio dos professores, existem aqueles que dedicam a sua vida a doutrinar em sala de aula. Antes de eu ler o que eu, minuciosamente, programei, eu quero deixar uma provocação aqui para vocês verem como existe doutrinação por parte da esquerda em sala de aula: o Ver. Jonas é professor, o Ver. Robaina foi professor, o Ver. Alex Fraga foi professor, a Ver.^a Karen foi professora. É autocomprovado.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) A senhora não pode subir à tribuna aqui e faltar com a verdade, a senhora não pode fazer isso. O Ver. Jonas Reis não é professor, nunca deu aula, fica encostado no Simpa e enchendo a nossa paciência aqui, consumindo o dinheiro do pagador de imposto.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Obrigada, Ramiro.

(Aparte antirregimental.)

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Não, não, usa a tua palavra depois aqui no plenário e responde para ele. A esquerda mentirosa vem aqui e mostra exatamente por que são contra uma escola sem doutrinação, adoradores do Paulo Freire, que destruiu a educação em todos os níveis neste País. Foi a pior coisa que aconteceu para este País, porque é onde eles mais militam, fazem votos, formam eleitores. Quando eles abrem a boca, a gente entende porque esse projeto é tão necessário. A falsa teoria da ilegalidade do projeto é só mais uma tentativa da esquerda de ganhar no tapetão. Quando eles perdem no voto, sempre apelam às instâncias jurídicas, porque no fundo e de uma forma muito evidente, essa esquerda não respeita a vontade popular. Essa esquerda psolista é a mais feroz opositora do projeto, porque doutrinar faz parte da vida deles, porque eles são autoritários e antidemocráticos, eles não aceitam perder no voto, eles precisam apelar para o Supremo, para o Judiciário, porque aqui eles não ganham no voto. É isso, isso só mostra a verve autoritária desses partidos que veem, eles veem a educação como uma ferramenta revolucionária, que vai levar o projeto comunista genocida deles

ao cabo. É isso que eles querem, porque quando eu digo aqui: eu não quero nenhuma doutrinação, nem de esquerda, nem de centro, nem de direita, eles deveriam estar do nosso lado, mas eles não estão, porque eles fazem e querem continuar fazendo, eles querem viver disso para sempre. Então, meus amigos, querer restringir o papel dos vereadores a debates sobre os problemas que a gente sabe que existem, sobre infraestrutura nas salas de aula, é querer esvaziar o debate muito importante sobre o que de fato queremos que os nossos filhos aprendam na escola. A esquerda não quer isso, ela quer nos calar, isso sim é mordada, isso sim é mordada. Querem manipular a opinião pública, normalizando o absurdo que é tratar os alunos como se fossem militantes do partido deles, é dar aula com botãozinho do Fora Melo, é fazer campanha contra o Bolsonaro, é dizer de uma forma sutil dentro da escola que partido A é melhor que partido B. Queridos, eu não quero saber a opinião política de vocês, não me interessa a opinião político-partidária de vocês, eu quero que meus filhos aprendam sim a pensar por conta própria, mas que em primeiro lugar aprendam lógica, redação e interpretação de texto, para depois escolherem o partido A ou B por livre e espontânea vontade. Quem não gosta de cultura e educação é a esquerda, que quer hegemonia, quer o discurso único. Não passarão! Esse é o primeiro projeto de uma série de medidas que nós tomaremos para retomar a qualidade da educação na cidade de Porto Alegre. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Giovanni Culau e Coletivo está com a palavra para discutir o PLL nº 124/16.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Presidente Mauro, eu subo à tribuna na tarde de hoje, fundamentalmente, Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, para produzir um diálogo, é uma opção que eu faço, com os setores do centro e do centro direita da Câmara. Gostaria de conversar com os vereadores, fundamentalmente, da base. Gostaria de conversar com o Ver. Cláudio Janta, com o Ver. Cassiá Carpes, com o Ver. Cláudio Conceição. O projeto apresentado aqui como projeto escola sem partido não trata sobre defender uma escola sem partido. Se assim o fosse, isso seria uma unanimidade entre nós. É preciso que haja consciência, Ver. Claudio Janta, de que é nítido o lugar político de quem propõe este projeto. São nítidas as posições de quem elabora este projeto. Não à toa nós tínhamos no plenário um cidadão com camiseta do Bolsonaro. É a extrema direita organizada que, desde 2015...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Presidente, eu vou interromper a minha fala toda vez que eu for interrompido. Muito obrigado, Presidente. Nós sabemos que é esse setor extremista que, inclusive, Ver. Idenir Cecchim, tem ocupado o espaço político do centro. É um setor que, em São Paulo, chamava o MDB de comunista. E nós não podemos, na tarde de hoje, nos submeter coletivamente aos interesses exclusivamente da extrema direita de um projeto que serve apenas para

agitação política, porque sabemos que se for aprovado no plenário, será derrotado na justiça, porque somos todos conscientes, inclusive a bancada do Novo, de que se trata de um projeto inconstitucional, Ver. Cassiá. Ainda assim, eu quero trazer quatro argumentos, Ver. Gilson, que para mim são fundamentais: o primeiro, Ver.^a Nádia, se não temos doutrinação nas escolas, o que motiva a bancada de oposição a não assinar esse projeto, é porque, na verdade, ele pretende intimidar os professores e as professoras. Essa é a razão pela qual nós não assinamos. A segunda questão, eu ouvi, Ver.^a Lourdes, vereadores, com a legitimidade do seu mandato, aqui defenderem liberdade e pluralismo de ideias, Ver. Hamilton. Eu quero lembrar, em especial dialogando com a bancada do MDB, fundamental para a construção da constituição cidadã, que a nossa Constituição já assegura que a educação respeite o pluralismo de ideia, a liberdade de aprender e de ensinar, conquistas da luta democrática já garantidas em lei. O que foi defendido aqui da participação dos pais na definição das diretrizes curriculares, isso já é garantido, porque a comunidade participa da elaboração dos projetos políticos pedagógicos das escolas, mas muitas vezes quem faz discurso aqui não conhece sequer a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – e a Constituição que nós conquistamos. Mas eu preciso ainda falar de outros dois pontos: o primeiro deles, Ver. Alvoni Medina, aqui se apresenta a ideia de uma fragilidade das crianças, Ver.^a Cláudia Araújo, mas nós precisamos tomar cuidado, porque nós não podemos infantilizar a criança. O que eu estou querendo dizer com isso? Eu vou ler o que foi dado em sentenças judiciais, vereador do PDT, Márcio Bins Ely, que só pode ensinar a liberdade quem dispõe de liberdade; só pode provocar o pensamento crítico quem pode igualmente proferir um pensamento crítico. Para que a educação seja um instrumento de emancipação, que é o que todos e todas nós queremos, é preciso ampliar o universo informacional e cultural do aluno e não reduzi-lo, e não reduzi-lo com a supressão de conteúdos a pretexto de ser o estudante um ser vulnerável. O excesso de proteção não emancipa, o excesso de proteção infantiliza. Mas, para concluir, porque está encerrando o meu tempo, o que define ou quem define o que é ideológico e o que não é? Quem define o que é propaganda e o que não é? Esses termos abstratos e genéricos, Ver.^a Cláudia Araújo, podem tornar seletiva a aplicação da regra, porque, nos devaneios da extrema direita, eles dizem que há uma hegemonia cultural da esquerda nas escolas; nós sabemos de quem é a hegemonia cultural. A hegemonia cultural na nossa sociedade não é da esquerda, por isso somos minoria aqui. É um delírio o que é apresentado pela extrema direita também nos debates de hoje. Por fim, quando eu leio no projeto – para concluir, Presidente – que há doutrinação nos livros didáticos, eu me pergunto se querem retirar dos livros didáticos, por exemplo, a caracterização que 1964 foi golpe, porque eu tenho certeza que há por aí quem chame 1964 de revolução, não reconhece a tortura e a ditadura. Esses são parte de quem apoia esse projeto. Não nos submetemos aos interesses exclusivamente da extrema direita. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLL nº 124/16.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente Ver. Mauro, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. (Pausa.) Pois, então, hoje, casualmente, nós estamos discutindo um projeto de lei de um vereador, que não é mais vereador, mas que uma colega vereadora acabou pedindo o desarquivamento do projeto de lei que, neste momento, está em discussão. Que projeto é esse? Do que trata o projeto? O projeto trata o seguinte: estabelece orientação quanto ao comportamento de funcionários responsáveis do corpo docente de estabelecimento de ensino público e privado no município de Porto Alegre. Veja onde chegamos: uma lei municipal, não é federal e nem estadual, querendo estabelecer o que o cidadão, educador, professor tem que dizer na escola. É uma ingerência em alguém que é profissional, concursado e muitas pessoas pensam que isso, Ver. Cecchim, é constitucional. Não é! Por que não é constitucional? O cidadão que está nos assistindo, já os que estão aqui, na sua grande maioria, não querem ouvir, o Supremo Tribunal Federal já deliberou sobre essa matéria, e ela é inconstitucional. Por que ela é inconstitucional? O plenário do Supremo Tribunal Federal julgou, em 2020, a ADIn nºs 5537, 5580, 6038, que foram ajuizadas contra a Lei Estadual nº 7.800, lá de Alagoas, outro estado, que proibia a doutrinação política e ideológica do sistema educacional. Portanto, já tem jurisprudência, já tem uma ADIn, já se comprovou que é inconstitucional uma lei fazer uma intervenção, principalmente uma lei municipal ou estadual, no que você ou no que os professores devam ensinar ou não. Isso é prerrogativa da União. O que a União está dizendo? É competência da União para legislar sobre diretrizes e bases educacionais no sistema educacional. Portanto, pessoal, está claro de que essa lei não vigorará, até porque o prefeito, tenho certeza absoluta, não vai promulgar essa lei, não vai sancionar essa lei, ele simplesmente vai ficar calado, como outras vezes, a lei voltará para a Câmara e aí cabe ao Presidente da Câmara sancionar ou não. O rito aqui na Câmara, através de uma lei, o que acontece? Qualquer vereador apresenta um projeto de lei, vai para a CCJ, vai para a Procuradoria, a nossa Procuradoria aqui da Casa já emitiu parecer pela inconstitucionalidade da lei. Agora, o que acontece? Por que a base do governo quer votar essa lei? Sabem por quê? Porque pode cair no colo de quem mais vocês da direita querem, no ano que vem, sancionar a lei. Olha só, é isso! Vocês sabem de quem. Vocês sabem de quem. O governo Melo não vai sancionar, vai silenciar, volta para a Câmara e, pelo que nós sabemos, quem vai sancionar a lei? Vocês sabem quem é! Vocês sabem quem é! Por isso, isso aqui não passa de uma demagogia, de uma inconstitucionalidade tamanha que não vai pegar! Com certeza, não vai pegar!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir o PLL nº 124/16.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Vou começar, primeiro, rebatendo o argumento da esquerda de que é inconstitucional, porque eles mesmos, há cerca de seis meses, votaram aqui e exigiram que fosse colocado em votação, porque senão nós éramos monstros, a autorização para que a Secretaria de Saúde fizesse o fornecimento de

remédios à base de canabidiol. E parece que nesse caso daí não era inconstitucional, mas nós quisermos aprovar a defesa das nossas crianças é inconstitucional. Então, só para desmentir o primeiro argumento de que se é inconstitucional não pode votar. Porque se fosse, eles não teriam colocado isso em votação, porque, obviamente, isso é uma atribuição do governo federal. Então, só para colocar a bola no meio de campo. Mas uma pergunta que eu faço, e é muito comum de as pessoas confundirem: o que é educação? Quando a gente fala em educação, vêm em nossa cabeça algumas imagens, vem a imagem do professor, vem a imagem do colégio, do prédio, da lousa, do giz, do computador, mas embora tudo isso seja necessário para promover a educação, nada disso é educação. E, intuitivamente, todos os pais sabem o que é educação, porque o maior desejo de qualquer pai, quando leva o seu filho pela primeira vez na escola, para uma jornada de décadas, é tornar essa criança emancipada intelectualmente, para que, ao longo da sua vida produtiva, ela possa sempre tomar as melhores decisões, para escolher o melhor emprego, para negar as drogas, para conseguir prosperar através da própria produção daquilo que ela foi capaz de produzir, a partir da emancipação provocada pela educação que ela teve. Daí eu te pergunto: se a finalidade da educação é emancipar pessoas, o quanto utilizar o tempo que ela deveria estar usando para aprender, para doutrinar, vai ser emancipador? Zero. Então, nós temos, sim, que pegar e deixar que as nossas crianças utilizem o tempo da escola para aprender e, se aprendendo, estudando, se dedicando, já é difícil, imagina o quanto seria difícil a gente gastar o tempo dela, que deveria ser para aprender, para ser doutrinada. É muito mais difícil. E é justamente por isso que nós estamos observando, cada ano que passa, os índices de analfabetismo estarem aumentando no Brasil, porque o tempo que a criança deveria estar lá para aprender e estudar, estão lá colocando na cabeça da pessoa que o Bolsonaro é fascista, que a direita não presta; o tempo que poderia ser utilizado para emancipar essa pessoa, eles usam, sim, para doutrinar os nossos estudantes. Então, esse projeto de lei, ele tem muito mais por objetivo colocar a bola no meio de campo, falar: “olha só, deu, passou, é isso aí, vamos parar de doutrinar, vamos ensinar, porque, se ensinando já é difícil, doutrinando vai ser muito pior.” Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para discutir o PLL nº 124/16.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Boa tarde, saudar aqui o nosso Presidente do plenário, Ver. Mauro Pinheiro, os colegas, o público que está conosco nessa tarde, e dizer que eu subo aqui nesta tribuna para registrar o meu apoio a este projeto Escola Sem Partido. O meu voto vai ser “sim” para este projeto, porque escola não é local para fazer política partidária ideológica, escola não é local para professor usar camiseta ou adesivo Fora Lula, Fora Bolsonaro, Fora Leite, Fora Melo, ou usar a camiseta do Che Guevara. Não está sendo proibido o professor de ter uma opinião - é claro, é lógico, os professores devem ter uma opinião política -, mas que preserve o direito da criança em sala de aula de aprender. E aprender o quê? O básico, o lógico, que é matemática, português e tantas outras matérias. A escola deve ter uma imparcialidade

política e ideológica, respeitando a liberdade e as crenças de cada um. Devemos reconhecer o aluno como um ser em formação, um ser que está aprendendo, e o papel do professor a gente sabe que influencia e muito uma criança.

Portanto, o professor deve, então, abster-se de convencer ou tentar, de alguma forma, manipular, induzir qualquer aluno para qualquer prática ideológica ou política. Cabe à família o papel, a primazia da construção de princípios, de valores, que vão guiar o futuro dessa criança. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 124/16.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, eu precisei me inscrever e subir a esta tribuna para corrigir algumas injustiças que foram feitas com o uso deste microfone. Primeiramente, com relação ao patrono da educação brasileira, Paulo Freire, que foi um homem genial, um homem que jamais foi, em sua história, comunista. Ele era um social-democrata assumido...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): E, infelizmente, precisamos usar este tempo para debater educação, coisa que, às vezes, falta. Falta, porque, para um diálogo – e, para Paulo Freire, a educação é um processo dialético –, duas pessoas precisam estar em interação: uma falando, outra ouvindo, para que, depois, o contrário também ocorra.

Por meio do seu processo de educação dialética, Paulo Freire conseguiu alfabetizar, no sertão de Pernambuco, 300 adultos em menos de 6 meses. É claro que boa parte dos vereadores e vereadoras não conhece a realidade da educação, não sabe o quanto é difícil alfabetizar e numerar crianças. Se já é difícil o processo de alfabetização para crianças, que são muito mais permeáveis a conteúdos novos, informações novas, imagine alfabetizar adultos. E, em 6 meses, Paulo Freire alfabetizou 300 adultos no sertão pernambucano, população pobre, população totalmente periférica. Isso foi um contundente sucesso, Ver. Aldacir Oliboni, 300! O processo freiriano nunca foi aplicado no Brasil e, talvez por isso, nós tenhamos índices tão ruins, devido ao desconhecimento da obra desse autor, desse pesquisador maravilhoso, o maior do Brasil e um dos maiores do mundo. Assumidamente uma autoridade mundial, não pelo Prof. Alex Fraga, não pela militância de esquerda, mas por instituições renomadas da Europa, dos Estados Unidos. Paulo Freire tem centros de estudo na Europa que se dedicam ao estudo da sua obra, e, aqui no Brasil, boa parte da população que ignora a educação o combate, é muito triste, muito triste. Eu gostaria de citar um exemplo que se passou comigo, no programa de um radialista chamado Diego Casagrande, que me convidou para participar de um programa. Eu cheguei lá para debater a educação, e o outro convidado era um publicitário. O publicitário disse: “Vocês, professores, são doutrinadores, porque vocês colocam a

opinião de vocês para os alunos.” Eu falei: claro, eu coloco sempre a minha opinião, assim como eu escuto a opinião dos estudantes que ali estão. Ele disse: “Tu não podes fazer isso, tu não podes colocar o teu ponto de vista.” Eu digo: eu posso e eu vou; se o senhor, publicitário, quiser colocar o seu ponto de vista, o senhor faça um curso de pedagogia, faça um curso de licenciatura e vá para as escolas, vá trabalhar na escola pública. Mas, ao invés de se preocupar com o futuro dos nossos jovens, o senhor fez uma faculdade para tentar convencer pessoas a comprar o que não precisam, pagando um preço que elas não dispõem. Ou seja, o senhor fez a sua opção, eu fiz a minha; a minha é educar e, portanto, uso esta tribuna com toda a legitimidade que os meus anos de licenciatura no curso de ciências biológicas me colocam. E, sim, senhoras e senhores, nós vamos combater o negacionismo às vacinas, nós vamos falar... Vocês são negacionistas das vacinas, em pleno século XXI? Eu não consigo acreditar que o que salva vidas para vocês é uma ameaça à liberdade. Portanto, senhoras e senhores, o aquecimento global é uma realidade, e sentimos na pele os seus efeitos neste ano. Há muitos anos, luto nas escolas para abrir os olhos das futuras gerações de que eles precisam se engajar na luta em defesa da natureza, contra a especulação imobiliária predatória, que acaba com o meio ambiente, que coloca asfalto e concreto nas ruas, aumentando a quantidade de água que vai para dentro do Guaíba, aumentando o seu nível e causando perdas de vidas, de bens e do futuro de boa parte dos cidadãos desta cidade.

Agradeço a atenção de vocês, e vamos continuar a nossa luta contra o negacionismo, porque estamos em pleno século XXI e ser progressista não é uma característica de direita ou de esquerda. Ser progressista é ser alguém que defende que a sociedade precisa progredir, abandonar ideias medievais, como os conservadores defendem, e avançar em termos de humanidade, em termos de igualdade e fraternidade entre todos. Muito obrigado pela sua atenção.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL n° 124/16.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Incrivelmente, eles já não escondem mais nada. Eles falam em progressistas, eles falam em doutrinação em sala de aula. Aliás, o vereador que me antecedeu dava aula no Monteiro Lobato e eu tenho aqui pessoas que já me falaram que, ao invés de ele lecionar a matéria dele, ele gostava muito de ficar falando sobre partido político. É sobre isso que nós falamos, só isso, é básico.

Olhem só, esse projeto veio pela necessidade de proteger nossas crianças e adolescentes de doutrinações ideológicas, garantindo o verdadeiro papel do professor na sala de aula, que é um ser mediador do conhecimento e não, um ativista político. É isso, é básico, não tem mais nada do que isso. O professor na sala de aula, enquanto autoridade intelectual, precisa ser um guia, não alguém que manipule ou induza os estudantes, mas é aquela pessoa que desperta nos estudantes o desejo de pensar, de argumentar, de buscar conhecimento, por isso ele não pode ser tendencioso. Aqui eu quero falar com os vereadores que têm filhos e filhas, assim como eu, e que não querem os seus filhos

escutando sobre partido A ou B: o professor tem que ter respeito à pluralidade de cada aluno, ao que ele traz do âmago da família, assim o aluno terá autonomia para desenvolver sua própria visão de mundo e não, efetivamente, a instrumentalização que nós temos visto dias afora. Além disso, educação sem doutrinação é um compromisso com o futuro. Educação é coisa séria; dizer que estamos aqui perdendo tempo e fazendo teatro, no mínimo, são aqueles vereadores que entendem que essa pauta não tem relevância. Na verdade, esses vereadores da esquerda que adoram entrar em salas de aula sob o falso pretexto de falar sobre luta contra o racismo, contra a homofobia, são aqueles que aproveitam para manipular os estudantes. Eu tenho certeza que quem é mãe e pai não quer o seu filho estudando partido político, mas quer que estude matemática, português, geografia, história e aquilo que constrói um cidadão real para a sociedade. Esses que não querem esse projeto usam a sala de aula e o pretexto da liberdade de cátedra do professor para instrumentalizar ideologicamente os seus alunos. O projeto é simples, é orientativo, é um projeto que orienta o professor e a escola a não poder fazer doutrinação político-partidária. Ninguém está mexendo na base curricular aqui; quero dizer para esses vereadores que estão tentando fazer com que as pessoas entendam que a mudança é na base curricular: é uma mentira. Aliás, teve o vereador do PT que incluiu na base curricular, sob o pretexto de bem-trabalho, a história afro-riograndense. Aí pode! Mas quando nós falamos em pluralidade, em que todos os alunos têm o direito de ter a sua opinião, aí fica difícil. Vou falar como mãe, mãe de três meninos, em que um, quando tinha seis anos, chegou em casa – aliás, essa aqui é uma mãe que me trouxe – a mãe me trouxe que o filho com seis anos chegou em casa cantando a música do Lula lá. Bom, se isso não é doutrinação em sala de aula, eu não sei o que é. Outra mãe me falou que, ao invés de o professor ficar apresentando a geografia, ele falava sobre partido político. E olha, que estranho, sobre PT, PSOL e PCdoB. Meus filhos também sofreram esse tipo de atuação. Não foi na escola municipal, mas na escola paga. Como eu pago, eu tenho o direito de ir lá brigar, porque estavam ensinando para o meu filho, na 7ª série, que movimento social é a coisa mais linda do mundo, assim como o MST. E pasmem, fico triste de ter um filho adolescente, no vestibular, me dizendo o seguinte: “Mãe, quando eu faço a prova do Enem, eu tenho que falar tudo aquilo que eu não acredito, porque senão eu tiro uma nota zero”. Isso é lamentável para a educação de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul e do Brasil. É escola sem doutrinação, é escola com matemática, português e disciplinas que levem nossos filhos a crescerem como adultos e que terem compromisso com a sociedade. Muito obrigada.

Vereador Prof. Alex Fraga (PSOL): Presidente, só um esclarecimento. A Ver.^a Comandante Nádia citou o meu nome na tribuna. Eu gostaria de esclarecer que eu nunca dei aula no Colégio Monteiro Lobato. Eu dei aula no pré-vestibular Monteiro Lobato, e lá nós não podíamos falar sobre política, porque o tempo é muito curto, a matéria é muito extensa e não dá tempo. E nenhum dos meus coordenadores apontou absolutamente nada. Muito obrigado pela sua atenção.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 124/16.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Hoje, povo de Porto Alegre, cabe aqui uma frase popular que as pessoas utilizam muito: “Meu ouvido não é pinico”. Tanta bobagem que falaram... Primeiro veio um vereador aqui, um dos últimos, dizer que o analfabetismo aumenta em Porto Alegre, aumenta no Brasil. Está aqui ó, tem que ler jornais, não leem, não gostam de cultura. Só cai o analfabetismo. Só cai! Está aqui a matéria, ó, depois eu vou lhe entregar, Ver. Jessé, para o senhor se instrumentalizar, aprender um pouco sobre os dados da realidade; o censo faz levantamentos. Não sei em que mundo V. Exa. está vivendo. Aqui sim, o IDEB cai. Sabem por que o IDEB cai em Porto Alegre? Devem 30% de reposição salarial aos professores, pois muitos saem de Porto Alegre para irem em outras prefeituras que pagam melhor agora. Vão embora para outras redes, as turmas ficam, e vai rodízio de professores, nós estamos vivendo... Quem não entende de educação precisa aprender. Nós precisamos ter um professor de março a dezembro acompanhando aquela turma, desenvolvendo uma relação com aquela turma. Afetividade é fundamental, ela é o combustível da educação. O Wallon falava isso para a gente, são os estudos da psicologia: “Sem afeto não tem como produzir aprendizagem”. E aí eles tratam a rede municipal como se fosse uma rede de rodízio: professor entra, professor sai, porque o salário está rebaixado. Eles não sabem quais são os problemas da educação e vêm aqui e falam de forma vazia sobre o IDEB; o IDEB é um dos medidores da qualidade do ensino, há tantos outros.

Eu, por exemplo, estudei numa escola municipal de Porto Alegre, quando os professores tinham reposição salarial, eu estudei na escola pública, fiz graduação e fiz doutorado. Então, a escola pública tem qualidade, mas se ela for respeitada! No tempo do PT, em Porto Alegre, 16 anos, tinha respeito pela educação, tinha plano de carreira, tinha respeito à reposição inflacionária; agora é inversão de valores. Os secretários ganham dinheiro, aumento de salário, e os professores não. Aliás, nesta Prefeitura, R\$ 140 milhões num escândalo de corrupção. Compraram telas interativas para as escolas, quando as escolas não tinham uma caixa d'água funcionando, e eu não via esses vereadores brigando para ter água potável na escola. Escolas que pegaram fogo, eu não os vi lá com extintor para ajudar. São, na verdade, realmente, incendiários da ideologia. Vivem só de ideologia. Eu digo a estes vereadores que ideologia não enche barriga. Nós precisamos é de escola pública de qualidade. Vocês querem ideologizar o debate sobre a educação. Está escrito, gente, vocês sabem, até o Ver. Tiago disse aqui que o projeto era inconstitucional. Até ele disse aqui! O próprio Ramiro também cometeu um erro, falou de governos do PT da década de 1980. Não tinha, meu querido. Não tinha, meu querido. Um abraço para ti. Toma o teu café. Está te faltando conhecimento de história! Tem que saber sobre a história da política. Nem isso ele sabe, nem isso ele sabe; isso é lamentável.

Mas eu queria continuar dizendo a V. Exas. que vociferam, que vêm aqui e fazem discursos com energia canina; eu digo a vocês, está aqui a ação nº 548, julgada pelo Supremo, que disse que é inconstitucional esse projeto, já há mais de 4 anos. Ele vai

entrar na jurisprudência. Vocês estão desperdiçando recurso público, uma tarde inteira, debatendo uma coisa inconstitucional, que não tem guarida na Constituição brasileira! Aliás, vocês não gostam de Constituição. Muitos de vocês não gostam, batiam palmas para os golpistas. Aí está o valor da democracia.

Para concluir, Presidente, liberdade de pensamento não é concessão do Estado, é direito fundamental do indivíduo. Já disseram os juristas e eu repito: o indivíduo vale muito. Respeitem os indivíduos! Respeitem a liberdade! Respeitem o povo! E vocês que aí gritam tanto, né? Vocês gritam tanto, mas que má educação. Eu estou na tribuna durante 5 minutos e vocês não pararam de gritar. Esperem eu sair e daí gritem à vontade, mas tenham educação. Não frequentaram a escola, hein!? Não foram meus alunos! Se tivessem sido meus alunos, teriam aprendido respeito, que quando um fala, os outros ouvem! (Vaias.)

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, uma questão de ordem; sei que mentira e PT são sinônimos, mas o líder do PT mente ao dizer que eu falei que o projeto é inconstitucional. Eu disse que se houver contestação na justiça de alguma parte, isso pode ser corrigido, isso pode ser dirimido. Então, apenas para repor a verdade. Repito: PT e verdade não cabem na mesma frase. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 124/16.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, Ver.^a Fernanda Barth, a senhora está conseguindo fazer uma grande discussão na tarde de hoje aqui. Eu vim à tribuna mais para citar alguns fatos e fazer uma pergunta. Fatos, fatos! Vereadora Karen, numa reunião da CUTHAB lá na Vila Cruzeiro, quando chegamos lá, encontramos muitas crianças na fila da frente com o “Fora Melo” na testa. É verdade? Confirmado pela Ver.^a Karen. Confirmado! Eu cheguei lá na EMEB Doutor Liberato Salzano Vieira da Cunha, aquele grande colégio da Zona Norte, encontrei professores com o “Fora Bolsonaro”. Eu digo, ah, Bolsonaro, não vou me meter nisso. “Fora Leite”, professores que tinham votado no Leite, porque a esquerda votou no Leite no segundo turno. Aí, eu digo, puxa vida, mas governo do Estado, e a escola é municipal. Aí, daqui a um tempo, chego lá no colégio, no mesmo colégio, é meu vizinho, o colégio é meu vizinho, estava escrito: “Fora Melo”, professores e alunos; professores e alunos! E eu pergunto para vocês, isso é fazer política partidária ou não é? É fazer política partidária dentro da sala da aula, dentro da sala de aula.

Eu escutei bastante o Ver. Giovanni Culau, que me chamou, e, vereador, eu lhe agradeço pela deferência de me colocar no centro. Realmente, eu não sou um vereador muito da direita, mas da esquerda eu não sou, isso é certo; da esquerda, eu não sou. E eu quero lhe dizer que quando o senhor me pede para isolar a direita, a base do governo é formada pelos vereadores da base. Eu nunca pergunto, na hora do voto, se eles são de extrema direita, de direita, de centro, de centro esquerda. São vereadores da base, cada

um com a sua consciência, votando de acordo com a sua consciência. Então, não vai ser o líder do governo que vai interferir em um voto de vereador. Este não é um projeto do Executivo, é um projeto do vereador, da vereadora, que tem o direito de questionar; tem o direito de questionar. E os vereadores, cada um deles, independente se são de direita, de centro direita, de centro esquerda, de esquerda; de esquerda, não, porque a esquerda vota unida sempre. A esquerda vota unida, não é, Ver. Gilson? Ah, que bonito que eles são unidos. Mas nós temos o direito de a maioria votar, se quiser, de forma contrária. Aqui não tem cabresto; nós votamos os nossos projetos, Ver.^a Mônica Leal, de acordo com a consciência. Aconteceu na semana passada, quando votamos o projeto do Exército, que era importante para todos nós. Não era só para o Exército, era importante para o efetivo do Exército. Mas a esquerda mais radical veio aqui à tribuna e baixou o cacete no Exército. Então, aí dá.

Eu quero falar para as galerias: quando é um projeto da esquerda, esta galeria fica lotada, lotada, lotada, numa gritaria, uma gritaria danada. E quem vem aqui com uma opinião contrária é obrigado a falar no meio da gritaria, senão não fala, porque eles passam a tarde toda gritando. Quando é do outro lado, quando é do outro lado, o vereador vem aqui e se queixa. Olha, Ver. Jonas Reis, é assim mesmo, o senhor ensine a turma do Simpa a fazer isso quando eles vêm aqui. Por favor, faça esse pedido à turma do Simpa, aquela turma, a de sempre. O senhor que é um professor, é um professor de flauta, mas não ensine a eles a tocar flauta, porque o senhor toca flauta, o senhor toca flauta.

Então, eu que disse que viria aqui mais para dar uns testemunhos de como funcionam as salas de aula, tive a felicidade de ter a confirmação da Ver.^a Karen, que é isso mesmo. Parabéns, vereadora, a senhora assumiu, e eu acho que isso é bonito. Assumiu que é assim mesmo nas escolas. Por isso, eu voto “sim” no projeto.

Vereador Karen Santos (PSOL): Ver. Cecchim, Ver. Cecchim, se o senhor estava lá, e eu acredito que o senhor não estava, era uma reunião dentro da comunidade, no Santa Tereza, na Nossa Senhora do Brasil, era numa sede comunitária para discutir um campo de futebol, e quem estava presente lá, junto com os estudantes, eram os pais responsáveis das crianças da escolinha. Não era um espaço da escola. Esse projeto não vai ter impacto nenhum para as organizações comunitárias, Ver. Cecchim, por favor.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 124/16. (Pausa.) O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente, colegas vereadores, nós estamos falando aqui, desde que iniciou a sessão, num modelo de educação de escola para Porto Alegre. É isso que nós estamos falando. Houve vários relatos de vereadores aqui, de campanha política, de influência política e partidária em escolas. E foram citadas aqui, como exemplo, duas ou três escolas particulares. Eu pedi destaque na emenda, a única emenda deste projeto, porque esta emenda altera seis artigos

num projeto de oito. E a alteração destes seis artigos diz que terá que se adequar ao projeto somente as escolas do município, somente escolas municipais. As escolas privadas, e algumas foram citadas aqui, estão fora, estão livres de ideologia de gênero, ideologia política, ideologia religiosa, estão livres, completamente livres, porque a emenda altera os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º, só não altera o 7º e o 8º. Altera esses seis artigos, determinando que é o município, somente as escolas do município de Porto Alegre. Ou a educação é para todos, ela é igual, e vamos lá aos primórdios de quando eu estudei em escola pública, que me permitiu fazer uma faculdade, que me permitiu ter uma profissão, que me permitiu chegar aqui nesta Câmara, era uma escola pública que gerou e criou várias pessoas públicas na nossa cidade, no nosso Estado e no nosso País, que frequentaram a escola pública. Isso é diferenciar a escola pública da escola privada. Se o problema ocorre na escola pública, também ocorre na escola privada. Se o problema existe na escola pública, existe na escola privada. E a educação não vê o bolso do pai, ela vê a formação das crianças. Não pode um aluno que estudou na escola privada chegar para uma entrevista com muito mais informações do que um aluno que estudou na escola pública. Não pode. Não pode um aluno de escola privada chegar em uma entrevista e saber que, quando aqui os portugueses chegaram, escravizaram e mataram os índios, e o da escola pública não saber disso. Não pode ter essa diferenciação. Por isso, eu acho que esse é o maior preconceito deste projeto, porque nós estamos falando de ingerência, estamos falando de intervenção de fora para dentro da escola. Essa é a maior intervenção que nós estamos fazendo, tirando as escolas privadas. Se a lei é boa para a cidade de Porto Alegre, ela é boa para todos.

Quero dizer que usar o argumento que pode transformar o projeto em inconstitucional, eu não vou discutir isso aqui, porque nós votamos nesta Casa para criar o centro de referência e diagnóstico da síndrome de Down, e alguns pares disseram que era inconstitucional. Nós votamos, aqui nesta Casa, o Certa Mais – Centro de Referência do Transtorno Autista, e alguns pares disseram que era inconstitucional. Nós votamos, aqui nesta Casa, vários projetos para o bem da população, e, vários, com o argumento de não votar o projeto, dizem que é inconstitucional.

Então, eu quero dizer que, com a emenda, eu acho o projeto preconceituoso, eu acho um projeto que discrimina a escola pública e discrimina quem estuda na escola privada. Se há ingerência na escola pública, há ingerência na escola privada. Então, eu encaminho para rejeitar a Emenda nº 01, que modifica do art. 1º até o 6º, tirando a escola privada e deixando somente a escola pública. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 124/16.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão; infelizmente, mais uma vez, temos que vir aqui para reestabelecer a verdade. A verdade é que a escola é uma só e deve ser respeitada, inclusive por quem não tem filhos lá; quem não tem filhos lá finge agora que deve mexer na lei do direito à

aprendizagem; trata-se disso. Esses vários que aqui colecionam discursos, frases vazias, nunca foram numa escola municipal pública defender o direito à educação de verdade; inclusive eles todos votaram aqui uma lei que era para manter os portões fechados. A lei nunca foi implementada, porque nunca a Prefeitura de Porto Alegre botou alguém lá para fechar e abrir os portões, um porteiro, não colocou. Ou seja, são leis que não vêm acompanhadas de orçamento, são leis para a claque, para *likes*, para jogar nas bolhas e daí vão lá as pessoas e batem palmas: “Isso aí, meu vereador de extrema direita, estou contigo, não estou mais com o Bolsonaro, porque está indiciado e está inelegível, mas eu estou contigo, meu vereador. Como não tem mais Bolsonaro, tem o meu vereadorzinho, estou contigo...” Porque não pode estar com o outro, porque o outro está com o pé na Papuda, com quase os dois pés, o pé entra e sai. Agora, no último final de semana, o Xandão se reafirmou como aquele que vai continuar a investigação, e tem muita gente, inclusive, que estava nos atos lá do dia 8, que está com os cartões bloqueados, as contas bloqueadas, o telefone grampeado, e quem quer amordaçar a escola não quer que a gente ensine o que foi o 8 de janeiro. Foi um ato golpista, foi vandalização do patrimônio, isso vai ser ensinado sim nas escolas, vai continuar sendo ensinado, porque isso é história recente do País. Os vândalos, os criminosos que destruíram o STF, a Praça dos Três Poderes, os malandros que estavam na frente dos quartéis, isso tudo a gente vai continuar ensinando. Esses malandros, são malandros sim, são malandros, a malandragem que vive dessa encenação, venderam ilusões durante...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vereador, nós estamos encaminhando a votação da Emenda nº 01.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Venderam ilusões, durante quatro anos, ao povo, dizendo que iam melhorar a educação com essa lei. Essa lei já foi tornada inconstitucional. Não adianta vocês gritarem. Não gritem. Vamos com calma. Aceitem que, se passar aqui, o STF derruba. Então não adianta fazer isso, fazer aquilo, fazer gesto. Vai cair! Aliás, a casa, em Brasília, já caiu, hein? Muita casa vai cair. Nós vamos aguardar. E vocês sabem, vocês sabem que nós somos pela democracia, pela participação.

Por isso, eu quero terminar minha intervenção aqui dizendo que as emendas que qualificam esse projeto terão o voto do PT. Agora, as emendas que só se somam à subtração de direitos do povo... Quanto tempo lutamos para ter democracia, para ter a liberdade de expressão? E tem pessoas que ficam defendendo menos democracia. Não dá para entender. Não dá para entender! Essas pessoas, algumas, inclusive, estão aqui hoje disfarçadamente com cartaz: Escola sem Doutrinação, estão aqui usando um espaço da democracia, que é o Parlamento municipal. Estão aí, tomaram a água pública da torneira da Câmara, do bebedouro. Estão aqui usando o espaço que está com o ar-condicionado, tudo público, e vocês estão lutando contra o público, quando vocês não querem deixar as pessoas ensinar tudo que a humanidade acumulou.

E, de fato, quero só terminar dizendo que vocês deveriam estar somando fileiras lá na frente da Prefeitura, protestando contra aquela vergonha daquele prédio da

SMED, que, por exemplo, não tem PPCI; sobre isso vocês não falam nada. Então, vocês não querem lutar por melhores condições de trabalho; a educação, vocês lutam por uma fantasia, um mundo de ilusões. Nós não aceitaremos. E vamos seguir lutando por democracia, participação e liberdade de cátedra.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Quero fazer o registro da presença da vereadora eleita, Natasha Ferreira, também no nosso plenário. Seja bem-vinda, vereadora.

Em votação nominal, solicitada pelos vereadores Pedro Ruas e Adeli Sell, a Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 124/16. (Pausa.)

Vereadora Mônica Leal (PP): Uma questão de ordem; esta emenda visa que ocorra nas escolas municipais e nas escolas particulares a escola sem partido. É isso? (Pausa.) Acabo de entender; as duas, me explicaram.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Está em votação já....

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Falta só a Ver.^a Mônica Leal decidir.

(Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 14 votos **SIM**; 11 votos **NÃO**.

Em votação o PLL nº 124/16. (Pausa.) O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): O Sr. Alfredo Dutra da Silva, meu pai, dizia: “Eu vou morrer e não vou ver tudo”. E eu vou sair desta Casa, no final do ano, e não vou ver tanta atrocidade como eu vejo aqui. Primeiro, tiraram as particulares; tiraram! Quem estuda no colégio Adventista, quem estuda no colégio Marista, quem estuda no Província de São Pedro, quem estuda onde for, está fora. O professor pode chegar lá e dizer que Jesus Cristo foi um bandido, um marginal, e por isso foi crucificado pelo seu povo, pode chegar lá e dizer que a umbanda é algo do demônio, porque Exu tem pé de vaca, pé de boi, rabo e guampa. Que é isso? Estão de gozação, de gozação. Vocês estão aqui fazendo politicagem com as crianças, com as famílias que mais precisam. Aí falam aqui que as mães... Eu vejo um monte de vó lá, de vó, eu não vi mãe aqui... Falam um monte de asneira, porque, hoje em dia, se falar asneira, está na rede, está no Instagram. A mulher não xingou, a mulher da janela viralizou e agora está ganhando um caminhão de dinheiro, está no Instagram. Vocês acham que se o professor estivesse dentro da sala de aula dizendo que tem que votar no ciclano ou no beltrano, não estaria no Instagram? Vocês acham que alguém aqui é burro e idiota nessa politicagem desta Casa, nessa politicagem do certo e errado, do bem e do mal, do demônio e de Deus? Vocês acham que alguém aqui é idiota para isso? O povo pode ter sido idiota nessa eleição, pode ter sido idiota nessa eleição, quando votou em quem é verdadeiro, verdadeiro imbecil, verdadeiro babaca, aí o povo votou. Agora, com quem quer fazer

política séria para o povo de Porto Alegre, e a política séria era incluir as escolas privadas nesse projeto. Por que não incluíram? Interesses de quem estão em jogo? De quem? Ninguém me diz de quem estão os interesses em jogo. Se na escola pública pode, por que não pode na privada? Sabe por quê? Porque é politicagem! O projeto não prevê fiscalização, o projeto não prevê quem fiscaliza, o projeto não prevê quem autua, o projeto joga para uma ação civil que eu posso fazer hoje. Se eu chegar na escola da minha filha e o professor estiver dizendo para ela, sei lá, qualquer asneira – que ela tem que ter a maior coleção do mundo de Carmed, que é uma porcaria que inventaram agora –, eu posso entrar numa delegacia e dizer que o professor está querendo conduzir a minha filha a ser uma consumista, a consumir um produto. Eu posso fazer isso como pai!

Vão participar da vida escolar dos filhos de vocês! Vão aos conselhos de classe, vão participar no dia a dia, vão buscar seus filhos no colégio e levar seus filhos ao colégio, não mandar de Kombi, que ninguém sabe quem é o pai das crianças. Vão participar da escola, no dia a dia das crianças, saber o que está acontecendo. No público tudo pode, no público tudo vira *show* de bola, tudo pode acontecer. Agora, no privado, nada pode acontecer, nada pode acontecer.

Então, esse projeto é exclusivo, exclusivo para prejudicar o ensino público do município de Porto Alegre e favorecer as escolas privadas, que vão poder fazer o que quiserem, porque estão fora dessa lei. Ele é exclusivo, simplesmente exclusivo para essas escolas, e é um projeto que não dialoga com a sociedade. Se o professor não quiser dar aula para uma criança autista – e já tem cinco processos contra escolas privadas em Porto Alegre, que professores se negam a dar aula para criança autista –, não está beneficiado neste projeto. E eu dou nome aos bois: Escola São Francisco de Assis, não querem fazer a matrícula de uma criança autista nem uma com síndrome de Down. Eu dou nome aos bois, dou nome. Nisso esta Casa não se preocupa. Agora, ela se preocupa com a demagogia de discutir esquerda e direita. Esquerda e direita, um escambau! Eu quero uma escola pública como era a escola de antigamente, uma escola que forme cidadãos, que forme homens, forme mulheres, que hoje dirigem este País. Não quero uma escola pública cada vez mais sucateada e destruída, principalmente com leis discriminatórias como esta. Olha, vou morrer – como dizia o meu falecido pai – e não vou ver tudo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vereadora Fernanda Barth (PL): Ver. Mauro, Presidente, eu só queria dizer que a indignação do Ver. Janta também é minha. Só que a emenda tira a inconstitucionalidade do projeto, porque, infelizmente, nós, vereadores, não podemos legislar sobre a rede privada. Isso precisa ser dito. Foi por isso que o Ver. Pujol fez a emenda, para retirar a inconstitucionalidade do projeto. Agora, sim, eu acho que nós precisamos ter uma forma de influenciar na escola privada. Então, criamos uma frente para isso, e eu sou parceira do senhor. Agora, a emenda é necessária para retirar a inconstitucionalidade do projeto. Infelizmente, esta Casa não pode legislar sobre a rede privada de ensino.

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Olha, isso é uma novidade, porque nós temos várias leis na educação que são para a pública e privada, e a LDB é para toda a educação. Então, nós estamos botando algo que, realmente, acho que é inconstitucional e não existe na educação brasileira, porque discrimina quem estuda em escola pública em relação à escola privada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 124/16.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, novamente, senhoras e senhores. Agradeço aos meus colegas de bancada, Ver.^a Karen Santos, nossa líder, e meus colegas vereadores, Pedro Ruas e Roberto Robaina, pela possibilidade de me manifestar em encaminhamento pelo nosso partido, o PSOL. A última fala do Ver. Janta, no microfone de apartes, talvez tenha sido a mais importante da tarde de hoje, Ver. Aldacir Oliboni. Ele falou que quem rege a educação brasileira é a LDB; e a LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que determina o pluralismo de ideias, a liberdade de pensamento; tudo isso atacado por este projeto de lei. Eu não tenho ideia do placar final de votação. É possível que o projeto seja aprovado, Ver. Pedro Ruas. Assim como eu tenho certeza absoluta que se ele for aprovado, o assessor da oposição, o Emanuel, um competentíssimo advogado, só com a mão esquerda, vai redigir uma petição que vai derrubar essa porcaria. Com a mão esquerda, a melhor mão do Emanuel, sempre.

Mas, senhoras e senhores, voltemos à pauta deste projeto absurdo. Todos aqui já ouviram argumentos que determinam, que defendem, que pregam e tentam convencer vereadores e vereadoras de que não há doutrinação em sala de aula. E não há. O que há é uma inconformidade de um certo segmento da sociedade que quer impor as suas verdades. O que é impor as suas verdades? É o professor não poder, em sala de aula, dizer que todas as pessoas são individuais e que devem ser respeitadas por isso, independentemente do seu credo, independentemente da sua sexualidade, independentemente da matiz ideológica que a sua família defende. Nós, professores, lutamos pelo equilíbrio, pela ponderação, pelo diálogo e pelo respeito. E existem muitas pessoas, hoje em dia, que não querem respeito, que querem que algumas pessoas sejam classificadas socialmente como melhores do que as outras. E isso nós, professores e professoras, não admitimos de forma alguma. Nós lutamos pelo tratamento igualitário a todas as pessoas, qualquer uma delas. Por isso que nós somos tão veementemente contra o racismo. Por isso que nós, professores e professoras, somos tão veementemente contra a LGBTfobia, contra a intolerância religiosa. Porém, a realidade que nos cerca, ela é muito dura. Ela é muito dura. Quando um professor ou uma professora como eu, que na base nacional curricular determina que eu trabalhe, na disciplina de ciências, sexualidade, saúde, dentre essas normativas, eu preciso, preciso, é minha obrigação legal, trabalhar e atuar para que as pessoas sejam tolerantes e respeitem os indivíduos que são diferentes delas. Só que tem gente que não quer aceitar que existem crianças gays, que existem crianças lésbicas. Eles inventam, inventam uma tal ideologia de gênero que não existe. Quando a criança chega

na adolescência, ela começa a se descobrir e, ao se descobrir, ela constrói a sua identidade de gênero a partir das suas experiências, a partir dos seus afetos, a partir dos seus amores e desamores, isso é gênero. Gênero não é apresentar um pênis ou uma vagina, gênero é muito além disso, é uma questão de identificação, de sensação e de exteriorização do que a pessoa realmente é. Esta é a real natureza deste projeto: combater o nosso trabalho de enfrentamento à intolerância, à raiva e ao ódio, e nós não desistiremos dessa nossa missão.

Um grande abraço e encaminho o voto negativo pela minha bancada do PSOL.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 124/16.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, eu quero falar aqui de negacionismo. Durante a pandemia da covid-19, essa doença terrível, os mentirosos, as mentirosas, os espalhadores de *fake news* usaram o WhatsApp e as redes sociais para dizer que se tomasse vacina podia virar um réptil – diziam isso! –, e as pessoas acreditavam que, ao tomar vacina, viraria jacaré. É por isso que a escola pública precisa permanecer com liberdade para ensinar, inclusive que vacina é vida, para combater os mentirosos de plantão, doutrinadores de WhatsApp que tentam criar uma legião de zumbis que carregam as bandeiras, por exemplo, do inelegível, quase presidiário, está perto de virar presidiário. Eles querem manter esse instrumento que levou muitos dos ídolos deles a Brasília como deputados federais. É por isso que eles querem lutar contra a escola pública que ensina a história do povo brasileiro. A história, vereadores do MDB, do Ulisses, do ex-deputado Ulisses que lutou pela democracia e lá estava na assinatura da Carta Magna. Eu queria entender em que quadra histórica estão os políticos defensores das liberdades quando querem e acham natural cercear a voz da ciência só na escola pública, só na escola do filho da trabalhadora, do trabalhador. Esses mesmos que hoje fazem esse jogral aqui são aqueles que nunca abriram a boca há quatro anos para cobrar do prefeito o investimento constitucional – constitucional – de 25% do orçamento na educação. São os mesmos que nunca derramaram uma lágrima pelas mães de mais de 7 mil crianças de zero a cinco anos que não tem vaga em creche. Mães que não puderam trabalhar, mães que não puderam estudar, porque tinham que estar com seus filhos, porque esses que debatem só a ideologia pura não lutam por mais escola. Nós do PT lutamos por mais escolas para todos, para todas, com liberdade para ir e vir, aprender, construir conhecimento.

Por isso que o PT, não tenham dúvidas, se aprovada aqui, amanhã está entrando na justiça pedindo a inconstitucionalidade, porque nós lutamos pelo direito sagrado a uma escola acolhedora, uma escola da diversidade, da pluralidade que é a riqueza do nosso povo. Essa hermenêutica que tentaram aqui hoje, tentando inclusive mudar a semântica das palavras; nessa, a gente não embarca. Criaram aqui uma guerra *fake*, tentaram dizer que guerra é paz, nós sabemos o significado de guerra e nós sabemos que nós queremos é paz. Paz nas escolas, paz no Parlamento, paz na sociedade e, para

termos paz, as pessoas precisam aprender o que é a guerra. E é por isso que nós vamos continuar lutando, para poder dizer nas escolas, sim, que o holocausto não pode mais acontecer; que as torturas da ditadura civil-militar brasileira, de 1964 a 1985, não podem mais acontecer; e dizer sim aos professores, às professoras, a vocês. Nós, do PT, nos rendemos, nós reverenciamos o magistério. Parabéns, professoras, professores que hoje não puderam estar nessas fileiras, lutando pela sua liberdade, mas o Simpa aqui o fez, a ATEMPA aqui o fez, em nome de todos os docentes que estão lá na escola agora ensinando matemática, português, física, química, história, geografia, enquanto alguns baderneiros vieram aqui alimentados pelo discurso do ódio. Isso aí, para nós, não cola.

Para terminar, Presidente, nós vamos continuar, sim, vereador, pastor, ensinando na escola que a teoria da evolução existe, mas também o respeito à teologia, também o respeito à liberdade religiosa, mas, acima de tudo, à ciência, ao conhecimento, seja ele científico ou religioso, e não a mordança a ninguém, nunca. Esse é o PT, e é por isso que nós vamos votar contra esse projeto.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, eu queria fazer uma pergunta: se a oposição tem tanta certeza que o projeto é inconstitucional e tem tanta certeza que ganha na justiça, eles podem votar o projeto. (Palmas.)

Vereador Prof. Alex Fraga (PSOL): Só respondendo ao Ver. Cecchim: é uma questão de princípios.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação nominal, determinada por esta presidência, o PLL nº 124/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) Declaro nula a votação por falta de quórum deliberativo.

(17h31min) Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h31min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *